

1

No júri de acusação

Sr. Logiuduce: Diga o seu nome, por favor.

Testemunha: Andrew Barber.

Sr. Logiuduce: Qual é a sua profissão, Sr. Barber?

Testemunha: Fui procurador-adjunto neste condado durante 22 anos.

Sr. Logiuduce: «Foi.» E o que faz agora?

Testemunha: Acho que se pode dizer que estou desempregado.

Em abril de 2008, o Neal Logiudice acabou finalmente por me intimar a comparecer perante o júri de acusação. Porém, a essa altura, já era tarde. Tarde de mais para o caso dele, sem dúvida, mas também para o próprio Logiudice. A sua reputação, bem como a sua carreira, estava irremediavelmente comprometida. Um procurador com a reputação manchada até pode resistir algum tempo, mas os colegas observam-no como lobos, pelo que, mais cedo ou mais tarde, será afastado, para o bem do grupo. Já o vi acontecer várias vezes: um procurador-adjunto que num dia parece indispensável e no seguinte é esquecido por completo.

Sempre tivera uma simpatia especial pelo Neal Logiudice (pronuncia-se «lá-ju-dis»). Ele entrou para o gabinete do Ministério Público uns doze anos antes disto, logo depois de se formar em direito. Tinha vinte

e nove anos, era baixo, com o cabelo já a rarear e uma barriguinha de cerveja. A boca parecia demasiado apertada para todos aqueles dentes; precisava de a fechar à força, como se se tratasse de uma mala demasiado cheia, o que lhe dava uma expressão de lábios franzidos, quase azeda. Costumava dizer-lhe para evitar fazer essa cara em frente ao júri — ninguém gosta de uma pessoa que parece estar sempre a dar raspantes —, mas ele fazia-o sem dar conta disso. Levantava-se em frente aos jurados, abanava a cabeça e franzia os lábios como uma professora severa ou um padre rigoroso, despertando naqueles o desejo secreto de decidir contra ele. Dentro do gabinete, o Logiudice era oportunista e bajulador. Tornava-se alvo de constantes brincadeiras, vindas de todos os lados: de outros procuradores-adjuntos, de polícias, de secretários — até de pessoas que normalmente não deixavam transparecer desprezo por um procurador. Chamavam-lhe *Milhouse*, como a personagem *nerd* dos Simpsons, e inventavam trocadilhos intermináveis com o nome dele: *LoPateta*, *LoTonto*, *Sid Cruel*, *Ju-Dicioso*, e por aí fora. Porém, para mim, o Logiudice era boa pessoa. Apenas ingénuo. Com as melhores intenções, arrasava a vida das pessoas, e depois ia para a cama sem perder um minuto de sono. Afinal, limitava-se a perseguir «os maus». Esse é o velho erro do procurador — *Eles são maus porque sou eu que os estou a processar* —, e o Logiudice não foi o primeiro a cair neste engano, pelo que eu até lhe perdoava essa rigidez. Cheguei até a gostar dele. As suas esquisitices — o nome difícil de pronunciar, os dentes desalinhados (que os colegas já teriam corrigido com um aparelho caro, pago pelo papá e pela mamã) e a ambição descarada — só me faziam torcer por ele. Via nele uma espécie de resistência na forma como aguentava tanta rejeição, como, apesar de tudo, se mantinha firme. Era claro que se tratava de um miúdo de classe trabalhadora, determinado a conquistar o que tantos outros recebiam de bandeja. Nesse sentido, e apenas nesse, suponho que éramos parecidos.

Agora, doze anos depois de ter entrado no gabinete, e apesar de todos os seus defeitos, ele tinha conseguido chegar longe — ou quase. O Neal Logiudice era primeiro-adjunto, o número dois no gabinete do procurador distrital de Middlesex, o braço-direito deste e o seu principal

advogado de julgamento. O miúdo que um dia me disse «Andy, você é *exatamente* o que eu quero ser um dia» estava agora a ocupar o meu lugar. Devia ter adivinhado isto.

Naquela manhã, na sala do júri de acusação, os jurados exibiam um estado de espírito sombrio e derrotado. Eram cerca de trinta homens e mulheres, pessoas que não tinham sido espertas o suficiente para escapar ao seu dever, todas amontoadas naquelas cadeiras típicas de escola, com mesas em forma de lágrima. Já entendiam bem a sua função. Os júris de acusação desempenham as suas funções durante meses e rapidamente percebem como tudo funciona: acusar, apontar o dedo, identificar o culpado.

Um processo disciplinar no júri de acusação não é um julgamento. Não há juiz na sala, nem advogado de defesa. O procurador é quem controla tudo. Trata-se de uma investigação e, teoricamente, de uma forma de controlar o poder do procurador, já que o júri decide se há provas suficientes para levar um suspeito a tribunal. Se elas existirem, o júri de acusação entrega ao procurador uma acusação formal, o bilhete para o Tribunal Superior. Caso contrário, emite um «não seguir» e o caso termina antes mesmo de começar. Na prática, «não seguir» é raro. A maioria dos júris acusam. Porque não haviam de o fazer? Afinal, só veem um lado da história.

Neste caso, contudo, suspeito de que os jurados sabiam que o Logiudice não tinha argumentos. Não hoje. A verdade não seria encontrada, não com provas tão antigas e comprometidas, não depois de tudo o que tinha acontecido. Já se passara mais de um ano — mais de doze meses desde que o corpo de um rapaz de catorze anos fora encontrado na floresta, com três golpes de faca alinhados no peito, como se tivesse sido espetado com um tridente. Mas não era só o tempo. Era tudo o resto. Já era tarde de mais, e o júri sabia disso.

Eu também o sabia.

Só o Logiudice parecia não se deixar abalar com isso. Apertava os lábios de forma estranha enquanto revia as notas no bloco amarelo, a pensar na próxima pergunta. Estava a fazer exatamente o que eu lhe tinha ensinado. A voz na sua cabeça era a minha: *Não importa o quão fraco*

é o teu caso. Segue o sistema. Joga o jogo como tem acontecido nos últimos quinhentos anos: seduz, apanha, arrasa.

— Lembra-se de quando ouviu falar pela primeira vez do homicídio do jovem Rifkin? — perguntou ele.

— Sim.

— Descreva a situação.

— Recebi um telefonema, penso que primeiro da CPAC, a polícia estadual. Em seguida, vieram logo mais dois, um da polícia de Newton e outro do procurador de serviço. Posso estar a trocar a ordem, mas basicamente o telefone não parou de tocar.

— Quando foi isso?

— Quinta-feira, 12 de abril de 2007, por volta das nove da manhã, logo depois de o corpo ter sido encontrado.

— Porque é que foi contactado?

— Eu era o primeiro-adjunto. Notificavam-me de todos os homicídios no condado. Era um procedimento-padrão.

— Mas não ficava com todos os casos, pois não? Não investigava nem julgava pessoalmente todos os homicídios...

— Não, claro que não. Não tinha tempo para isso. Ficava com muito poucos casos. A maioria era atribuída a outros procuradores-adjuntos.

— Mas este ficou consigo.

— Sim.

— Decidiu de imediato que ia ficar com este ou só tomou essa decisão mais tarde?

— Decidi-o quase imediatamente.

— Porquê? Porque é que quis este caso em particular?

— Tinha um acordo com a procuradora do distrito, Lynn Canavan: certos casos seria eu a tratar pessoalmente.

— Que tipo de casos?

— Casos de alta prioridade.

— Porquê o senhor?

— Eu era o advogado sénior no tribunal. Ela queria garantir que os casos importantes fossem tratados da forma correta.

— Quem é que decidia se um caso era de alta prioridade?

— Eu, em primeira instância. Em coordenação com a procuradora do distrito, claro, mas as coisas acontecem muito depressa no início. Normalmente não há tempo para reuniões.

— Então *decidiu* que o homicídio de Rifkin era um caso de alta prioridade?

— Claro.

— Porquê?

— Porque envolvia o homicídio de uma criança. Acho que também sabíamos que podia atrair a atenção dos *media*. Era esse tipo de caso. Aconteceu numa cidade rica, com uma vítima rica. Já tínhamos tido alguns casos assim. No início, nem sabíamos bem o que era. De certa forma, parecia um caso de violência escolar, do género Columbine. Basicamente, não sabíamos de que é que se tratava, mas parecia um grande caso. Se tivesse acabado por se revelar algo menor, tê-lo-ia deixado para trás mais tarde, mas naquelas primeiras horas tinha de garantir que tudo seria feito corretamente.

— Informou a procuradora distrital de que tinha um conflito de interesses?

— Não.

— Porquê?

— Porque não tinha nenhum.

— O seu filho, Jacob, não era colega do rapaz morto?

— Era, mas eu não conhecia a vítima. Pelo que sabia, o Jacob também não.

— Não conhecia o rapaz, está bem. Mas sabia que ele e o seu filho estavam no mesmo ano, na mesma escola, na mesma cidade?

— Sim.

— E ainda assim não achou que estivesse em conflito? Não achou que a sua imparcialidade pudesse ser questionada?

— Não. Claro que não.

— Nem agora, em retrospectiva? Insiste que... Nem em retrospectiva acha que as circunstâncias deram sequer a *aparência* de um conflito?

— Não, não havia nada de impróprio. Nem sequer algo fora do comum. O facto de eu residir na cidade onde o crime aconteceu? Isso era uma vantagem. Em condados mais pequenos, muitas vezes o procura-

dor vive na comunidade onde o crime ocorre e conhece as pessoas afetadas. E depois? Isso só faz com que queira apanhar o assassino *ainda mais*, não? Isso não é um conflito de interesses. Olhe, a questão é esta: eu tenho um conflito com todos os assassinos. É o meu trabalho. Este foi um crime horrível, horrível; era meu dever fazer algo em relação a isso. E estava determinado a fazê-lo.

— Está bem — disse o Logiudice, baixando os olhos para o bloco. Não fazia sentido atacar a testemunha tão cedo no seu depoimento. Voltaria a este ponto mais tarde, sem dúvida, quando eu estivesse cansado. Por agora, era melhor manter a calma. — Compreende os seus direitos ao abrigo da Quinta Emenda?

— Claro.

— E renunciou a eles?

— Pelos vistos. Estou aqui. Estou a falar.

Ouviram-se algumas gargalhadas por parte dos jurados.

O Logiudice pousou o bloco e, com ele, pareceu deixar de lado o plano de jogo por um momento.

— Sr. Barber... Andy... permita-me apenas uma pergunta: porque não invocou os seus direitos? Porque não se manteve em silêncio?

— A frase seguinte ficou por dizer: *Era o que eu faria*.

Pensei, por um momento, que fosse uma tática, um pequeno teatro. Mas o Logiudice parecia genuíno. Estava preocupado com a possibilidade de eu ter algo em mente. Não queria ser enganado, não queria parecer um tolo.

— Não tenho qualquer desejo de me manter em silêncio — respondi.

— Quero que a verdade venha ao de cima.

— A qualquer custo?

— Acredito no sistema, tal como você, tal como todos aqui.

No entanto, isto não era bem verdade. Não acredito no sistema judicial, pelo menos não acho que seja especialmente bom a encontrar a verdade. Nenhum advogado o acha. Já vimos demasiados erros, demasiados resultados incorretos. Um veredito do júri é apenas um palpite, um palpite bem-intencionado, por norma, mas não se pode distinguir facto de ficção através do voto. E, no entanto, apesar de tudo isso, acre-

dito no poder do ritual. Acredito no simbolismo religioso, nas togas pretas, nos tribunais com colunas de mármore como templos gregos. Quando realizamos um julgamento, estamos a dizer uma missa. Estamos a rezar juntos para fazer o que é certo e sermos protegidos do perigo, e isso vale a pena, mesmo que as nossas orações não sejam ouvidas.

Claro que o Logiudice não ia à bola com esse tipo de tretas solenes — vivia no mundo dos advogados, onde tudo era binário, culpado e inocente, e estava determinado a reter-me ali.

— Acredita no sistema, é? — disse ele, com desdém. — Muito bem, Andy, voltemos ao assunto, então. Deixemos que o sistema faça o seu trabalho. Lançou um olhar perspicaz e trocista para o júri.

Isso mesmo, Neal. Não deixes que a testemunha se alinhe com os jurados — *tu* é que te alinhás com eles. Mete-te debaixo do cobertor com eles e deixa a testemunha ao frio. Abri um sorriso. Teria aplaudido de pé se pudesse, porque fui eu quem lhe ensinou aquilo, tintim por tintim. Porque não ter um pouco de orgulho paternal? Afinal, não devo ter sido assim tão mau, se consegui transformar o Neal Logiudice num advogado meio decente.

— Então despache-se — soltei, tentando agradar ao júri. — Deixe-se de rodeios e continue, Neal.

Ele lançou-me um olhar e, depois, apanhou o bloco amarelo e leu-o, à procura do ponto onde tinha parado. Conseguia praticamente ver o pensamento escrito na sua testa: *seduz, apanha, arrasa*.

— Muito bem — disse ele. — Continuemos com o que aconteceu depois do homicídio.

2

A nossa turma

Abril de 2007: doze meses antes

Quando os Rifkins abriram a sua casa para o Shivá, o período de luto judaico, parecia que toda a cidade lá tinha ido. Não seria permitido à família fazer o luto em privado. O homicídio do rapaz era um acontecimento público; o luto também o seria. A casa estava tão cheia que, quando o murmúrio das conversas aumentava, tudo se começava a parecer estranhamente com uma festa, até que a multidão baixava a voz em unísono, como um botão de volume invisível a ser ajustado.

Esbocei expressões de desculpa enquanto atravessava a multidão, repetindo «com licença» enquanto me desviava para um lado e para o outro para conseguir passar.

As pessoas olhavam-me com curiosidade. E alguém murmurou:

— É ele, o Andy Barber.

Não parei. Já se tinham passado quatro dias desde o homicídio, e toda a gente sabia que eu estava a tratar do caso. Queriam perguntar, claro, sobre suspeitos, pistas, e todos esses detalhes, mas não se atreviam a fazê-lo. Para já, os pormenores da investigação não interessavam; só contava o facto cru de que uma criança inocente estava morta.

Assassinada! A notícia apanhara-os completamente de surpresa. Newton não tinha qualquer registo de crimes graves. O pouco que os habitantes sabiam sobre violência vinha das notícias e dos programas

de televisão. Estavam convencidos de que os crimes violentos aconteciam apenas na cidade, em bairros problemáticos ou entre marginais urbanos. Claro que estavam enganados, mas não eram tolos. Ainda assim, não teriam ficado tão chocados se a vítima fosse um adulto.

O que tornava o homicídio do Ben Rifkin tão perturbador era o facto de envolver uma criança da terra. Tratava-se de uma afronta à imagem que Newton tinha de si própria. Durante algum tempo, um cartaz em Newton Centre proclamava «Uma Comunidade de Famílias, Uma Família de Comunidades», e era frequente ouvir-se dizer que este era «um bom sítio para criar crianças». E, de facto, isso era verdade. Havia centros de apoio ao estudo, explicadores, academias de karaté e, aos sábados, ligas de futebol.

Os pais mais jovens, em particular, valorizavam esta ideia de Newton como um paraíso infantil. Muitos tinham deixado a cidade sofisticada e cosmopolita para se mudarem para aqui. Aceitaram despesas astronómicas, uma monotonia sufocante e o desconforto de se resignarem a uma vida convencional. Para esses residentes ambivalentes, todo o projeto de viver nos subúrbios só fazia sentido porque Newton era «um bom sítio para criar crianças». Tinham investido tudo nessa ideia.

Enquanto me movia de divisão em divisão, passei por vários grupos. Os miúdos, amigos do rapaz morto, estavam amontoados numa pequena sala na frente da casa. Falavam baixo e mantinham o olhar fixo. Uma rapariga tinha a máscara de pestanas borrada pelas lágrimas. O meu filho, Jacob, estava sentado numa cadeira baixa, magro e desengonçado, afastado dos outros. Olhava para o ecrã do telemóvel, alheio às conversas ao seu redor.

A família enlutada encontrava-se na sala ao lado: avós idosos, primos pequenos.

Na cozinha, por fim, estavam os pais das crianças que tinham andado na escola de Newton com o Ben Rifkin. Era o nosso grupo. Conhecíamos-nos desde o primeiro dia de aulas dos nossos filhos, oito anos antes. Tínhamos ido mil vezes deixar e buscar os miúdos à escola e partilháramos intermináveis jogos de futebol, angariações de fundos e uma memorável produção de *Doze Homens em Fúria*.

Apesar disso, tirando algumas amizades mais próximas, não nos conhecíamos realmente bem. Havia camaradagem, sem dúvida, mas não uma ligação verdadeira. A maioria destas relações não sobreviveria à graduação dos nossos filhos. Porém, nos primeiros dias após o homicídio do Ben Rifkin, sentimos uma ilusão de proximidade. Era como se, de repente, nos tivéssemos revelado uns aos outros.

Na ampla cozinha dos Rifkins — com um fogão Wolf, um frigorífico Sub-Zero, bancadas de granito e armários em branco inglês —, os pais formavam pequenos grupos de três ou quatro, a confessar, num tom íntimo, insónias, tristeza, e um medo persistente. Falavam vezes sem conta sobre Columbine, o 11 de Setembro e como a morte do Ben fazia com que se agarrassem aos seus próprios filhos enquanto ainda podiam. As emoções intensas daquela noite eram acentuadas pela luz quente da cozinha, emitida por luminárias suspensas com globos em tons de laranja queimado. Sob essa luz, quando entrei na sala, os pais permitiam-se o luxo de partilhar segredos.

No balcão da cozinha, uma das mães, Toby Lanzman, estava a arranjar aperitivos numa travessa. Tinha um pano ao ombro, e os tendões dos seus antebraços sobressaíam enquanto trabalhava. A Toby era a melhor amiga da minha mulher, Laurie. Uma das poucas amizades duradouras que tínhamos feito ali. Viu-me à procura da Laurie e apon- tou para o outro lado da sala.

— Está a consolar as mães — disse a Toby.

— Estou a ver.

— Bem, todos precisamos de algum consolo neste momento.

Grunhi, lancei-lhe um olhar confuso e afastei-me. A Toby tinha um efeito provocador sobre mim. A minha única defesa contra ela era uma retirada estratégica.

A Laurie estava com um pequeno grupo de mães. Tinha o cabelo, que sempre foi espesso e rebelde, apanhado num coque solto e preso por uma mola. Massajava de forma reconfortante o braço de uma amiga, que se inclinava para ela, como um gato a ser acariciado.

Quando cheguei ao pé dela, a Laurie pôs-me o braço à volta da cintura.

— Olá, querido.

— Está na hora de irmos.

— Andy, tens dito isso desde que chegámos.

— Não é verdade. Só tenho pensado nisso, não dito.

— Bem, está estampado na tua cara desde que chegámos — suspirou ela. — Sabia que devíamos ter vindo em carros separados.

Ficou um momento a observar-me. Não queria ir embora, mas percebia que eu estava desconfortável, que me sentia o centro das atenções, que nunca fui muito dado a conversas de circunstância, muito menos em salas cheias, que me deixavam sempre exausto, e tudo isso tinha de ser ponderado. Uma família tinha de ser gerida, como qualquer outra organização.

— Vai tu — decidi. — Eu arranjo boleia com a Toby.

— A sério?

— Sim. Porque não? Leva o Jacob contigo.

— Tens a certeza? — Inclinei-me, uma vez que a Laurie é quase trinta centímetros mais baixa do que eu, e murmurei teatralmente: — Porque adorava ficar.

Ela riu-se.

— Vai. Antes que eu mude de ideias.

As mulheres em volta olhavam-nos com uma seriedade quase fúnebre.

— Anda lá. O teu casaco está no quarto, lá em cima.

Subi as escadas e cheguei a um corredor longo. O barulho era abafado ali, o que foi um alívio. O eco da multidão ainda sussurrava nos meus ouvidos. Comecei à procura dos casacos. Num quarto, que parecia pertencer à irmã mais nova do rapaz morto, havia uma pilha de casacos em cima da cama, mas o meu não figurava entre eles.

A porta do quarto seguinte estava fechada. Bati, abri e espreitei.

Era um espaço sombrio. A única luz vinha de um candeeiro de pé de latão num canto distante. O pai do rapaz morto estava sentado numa poltrona sob essa luz. O Dan Rifkin era pequeno, elegante, delicado. Como sempre, tinha o cabelo meticulosamente penteado e fixado com *spray*. Vestia um fato escuro de aspeto caro, mas a lapela apresentava um rasgão de uns cinco centímetros, simbolizando o seu coração partido — um desperdício de um bom fato, pensei. Na luz

fraca, os olhos estavam encovados, rodeados por círculos azulados, como uma máscara de guaxinim.

— Olá, Andy — cumprimentou-me.

— Desculpa, estou só à procura do meu casaco. Não queria incomodar-te.

— Não, senta-te um minuto.

— Não quero incomodar.

— Por favor, senta-te. Há algo que quero perguntar-te.

Senti um aperto no coração. Já tinha visto a angústia dos sobreviventes de vítimas de homicídio. O meu trabalho obrigava-me a isso. Os progenitores de crianças assassinadas sofrem mais, e, na minha opinião, a situação é ainda pior para os pais do que para as mães, porque eles são ensinados a ser estoicos, a «agir como homens». Estudos demonstram que, muitas vezes, os pais de crianças assassinadas morrem poucos anos depois, frequentemente de ataques cardíacos. Na verdade, falecem de desgosto. A certa altura, um procurador percebe que não pode sobreviver a esse tipo de sofrimento. Não pode seguir os pais até ao fundo. Então, foca-se nos aspetos técnicos do trabalho. Torna-o um ofício, como qualquer outro. O truque é manter o sofrimento à distância.

Contudo, o Dan Rifkin insistiu. Fez um gesto com o braço, como um polícia a mandar avançar os carros, e, vendo que não tinha escolha, fechei a porta devagarinho e sentei-me na cadeira ao lado dele.

— Aceitas um copo? — perguntou, erguendo um copo de *whisky*, âmbar e sem gelo.

— Não.

— Há novidades, Andy?

— Não. Receio que não.

Acenou com a cabeça, desapontado, e desviou o olhar para o canto do quarto.

— Sempre gostei deste espaço. É aqui que venho para pensar. Quando algo assim acontece, passa-se muito tempo a pensar. — Fez um pequeno sorriso tenso: *Não te preocupes, estou bem.*

— Imagino que sim.

— O que não consigo entender é: porquê? Porque é que este homem fez isto?

— Dan, não devias...

— Não, ouve-me. Não preciso de mimos. Sou uma pessoa racional, só isso. Tenho perguntas. Não sobre os detalhes. Quando eu e tu falamos é sempre sobre os detalhes: as provas, os procedimentos judiciais. Mas sou uma pessoa racional, certo? E tenho outras perguntas.

Afundi-me no assento, sentindo os ombros a relaxar, resignado.

— É que... O Ben era tão *bom*. Essa é a primeira coisa. Claro que nenhum miúdo merece isto, de qualquer maneira. Sei disso. Mas o Ben era mesmo um bom rapaz. Era *tão* bom. E era só um miúdo. Tinha catorze anos, pelo amor de Deus! Nunca causou problemas. Nunca. Nunca, nunca, nunca. Então porquê? Qual foi o motivo? Não falo de raiva, ganância, ciúmes, esse tipo de motivo, porque não pode haver uma razão comum neste caso, não pode, simplesmente não faz sentido. Quem poderia sentir esse tipo de... de raiva contra o Ben, contra qualquer miúdo? Simplesmente não faz sentido.

Colocou os dedos na testa e massajou a pele em círculos lentos.

— O que quero dizer é: o que separa estas pessoas? Porque eu já senti essas coisas, claro, esses motivos, raiva, ganância, ciúmes... tu também já as sentiste, toda a gente já as sentiu. Mas nunca matámos ninguém. Sabes? Nunca seríamos capazes de matar alguém. Mas algumas pessoas fazem-no, algumas pessoas conseguem fazê-lo. Porquê?

— Não sei.

— Tens de ter alguma ideia.

— Não. Na verdade, não tenho.

— Mas falas com eles, encontras-te com eles. O que é que dizem, os assassinos?

— Não falam muito, a maioria deles.

— Costumas fazer-lhes essa pergunta? Não porque o fizeram, mas o que os torna capazes disso?

— Não.

— Porquê?

— Porque não responderiam. Os advogados deles não deixariam.

— Advogados! — E fez um gesto brusco com a mão.

— E, de qualquer forma, nem saberiam como responder. Esses assassinos «filosóficos», Chianti e favas e toda essa treta, são só coisas de filmes. É tudo falso. Se tivessem de responder, provavelmente fariam de infâncias difíceis ou assim. Fariam de si as vítimas. Essa é a história habitual.

Ele acenou uma vez com a cabeça, encorajando-me a continuar.

— Dan, a questão é que não te podes torturar a tentar encontrar razões. Elas não existem. Não é lógico. Pelo menos, não da forma que estás a tentar.

O Rifkin afundou-se um pouco mais na cadeira, concentrado, como se precisasse de pensar mais sobre aquilo. Os olhos brilhavam, mas a voz continuava controlada, estável.

— Os outros pais fazem este tipo de perguntas?

— Fazem todo o tipo de perguntas.

— E depois de o caso estar encerrado? Continuas a vê-los?

— Às vezes.

— Quero dizer, muito depois. Anos depois.

— Às vezes.

— E eles... como te parecem? Ficam bem?

— Alguns ficam.

— Mas outros não.

— Outros não.

— E os que não conseguem ficar bem? O que lhes acontece? Os que nunca recuperam? Deve haver algum padrão. Qual é a estratégia, a melhor tática? O que funciona para eles?

— Procuram ajuda. Apoiam-se na família, nas pessoas que os rodeiam. Há grupos de apoio para quem passou por isto; muitos recorrem a eles. Podemos pôr-te em contacto com um. Devias falar com a assistente de apoio às vítimas. Ela pode ajudar-te a encontrar um grupo. É um auxílio precioso. Não consegues enfrentar isto sozinho, é mesmo assim. Tens de te lembrar de que há outras pessoas que já passaram pelo mesmo e que sabem exatamente o que estás a sentir.

— E os outros? Os pais que não conseguem lidar com isso? O que lhes acontece? Os que nunca conseguem seguir em frente?

— Não vais ser um desses, Dan.

— Mas e se for? O que me acontece? O que nos acontece?

— Não vamos deixar que isso aconteça. Nem sequer vamos pensar assim.

— Mas acontece. Acontece, não é? Acontece mesmo.

— Não contigo. O Ben não ia querer isso para ti.

Silêncio.

— Conheço o teu filho — disse o Rifkin. — O Jacob.

— Sim.

— Já o vi pela escola. Parece um bom miúdo. Grande, bonito. Deves ter orgulho nele.

— Tenho.

— Acho que ele se parece contigo.

— Sim, já mo disseram.

O Rifkin respirou fundo.

— Sabes, dou por mim a pensar nestes miúdos da turma do Ben. Sinto-me ligado a eles. Quero vê-los a ter sucesso, sabes? Vi-os crescer, sinto-me próximo deles. Achas estranho? Estou a sentir isto porque me aproxima do Ben? É por isso que estou apegado aos outros miúdos? Porque é isso que parece, não é? Parece estranho.

— Dan, não te preocupes com o que parece. As pessoas vão pensar o que quiserem. Que se lixem. Não podes preocupar-te com isso.

Ele voltou a massajar a testa. A sua dor era demasiado óbvia, como se ele estivesse a sangrar ali no chão. Eu queria ajudá-lo. Porém, ao mesmo tempo, desejava afastar-me dele.

— Ia ajudar-me *saber*... saber que o caso estava resolvido. Vai ajudar-me quando resolveres o caso. Porque esta incerteza... está a esgotar-me. Vai ajudar quando o caso estiver resolvido, não vai? Nos outros casos que viste, isso ajuda os pais, não é?

— Sim, acho que sim.

— Não quero pressionar-te. Não quero que soe assim. É só que... acho que vai ajudar-me quando o caso estiver resolvido, quando souber que este homem está... está *preso*. Sei que vais consegui-lo. Tenho fé em ti, claro. *Claro que sim*. Não estou a duvidar de ti, Andy. Estou apenas a dizer que isso vai ajudar-me. A mim, à minha mulher, a todos. É disso que precisamos, acho. De encerrar isto. É isso que esperamos de ti.

Nessa noite, estávamos deitados na cama a ler, quando a Laurie comentou:

— Ainda acho que estão a cometer um erro ao abrir a escola tão cedo.

— Laurie, já falámos sobre isto. — A minha voz tinha um tom de aborrecimento. *Mais do mesmo.* — O Jacob vai estar seguro. Levamo-lo nós, acompanhamo-lo até à porta. Vai haver polícias por todo o lado. Ele vai estar mais seguro na escola do que em qualquer outro sítio.

— Mais seguro. Não tens como saber isso. Ninguém faz ideia de quem é este homem, de onde é que ele está ou do que pretende fazer a seguir.

— Têm de abrir a escola algum dia. A vida continua.

— Estás errado, Andy.

— Quanto tempo queres que esperem?

— Até apanharem o homem.

— Isso pode demorar.

— E então? Qual é o pior que pode acontecer? As crianças faltam a uns dias de aulas. E depois? Pelo menos estariam seguras.

— Não consegues protegê-las completamente. O mundo é grande. Grande e perigoso.

— Pronto, estariam *mais* seguras.

Pousei o livro sobre a barriga, onde formou um pequeno telhado.

— Laurie, se mantiverem a escola fechada, estarão a enviar a mensagem errada a estas crianças. Não é suposto que a escola seja um lugar perigoso. É um sítio onde elas não devem ter medo de estar. É a segunda casa delas. É onde passam a maior parte do tempo acordadas. Querem estar lá. Querem estar com os amigos, não presas em casa, escondidas debaixo da cama para o bicho-papão não as apanhar.

— Ele já apanhou uma delas. O que faz dele algo muito maior do que um bicho-papão.

— Certo, mas percebes o que quero dizer.

— Oh, percebo muito bem, Andy. Só estou a dizer que estás errado. A prioridade número um é manter as crianças seguras, fisicamente. Depois podem estar com os amigos ou o que for. Até apanharem o homem, não me podes prometer que elas estarão seguras.

— Queres uma garantia?

— Quero.

— Vamos apanhar o homem — disse. — Garanto-te.

— Quando?

— Em breve.

— Sabes isso?

— Espero que sim. Normalmente apanhamos os culpados.

— Nem sempre. Lembras-te daquele homem que matou a mulher e a embrulhou num cobertor no porta-bagagens de um *saab*?

— Nós apanhámo-lo. Só não conseguimos... OK, quase sempre. Apanhamo-los quase sempre. E é o que vai acontecer com este homem, prometo-te.

— E se estiveres errado?

— Se estiver errado, tenho a certeza de que me irás lembrar disso.

— Não, quero dizer, e se estiveres errado e alguma criança acabar magoada?

— Isso não vai acontecer, Laurie.

Ela franziu o sobrolho, desistindo.

— Não vale a pena discutir contigo. É como bater contra uma parede, vezes sem conta.

— Não estamos a discutir. Estamos a debater.

— Tu és advogado; não sabes a diferença. *Eu estou a discutir.*

— Olha, o que queres que diga, Laurie?

— Não quero que digas nada. Quero que ouças. Sabes, ter confiança não é o mesmo que ter razão. Pensa. Podemos estar a colocar o nosso filho em perigo. — Ela pressionou o indicador contra a minha têmpora e empurrou-o, num gesto meio brincalhão, meio irritado. — Pensa.

Virou-se, pousou o livro numa pilha trémula na mesa de cabeceira e deitou-se de costas para mim, encolhida, como uma criança no corpo de um adulto.

— Pronto — disse eu. — Anda cá.

Com uma série de pequenos movimentos, ela aproximou-se até as suas costas tocarem em mim. Até sentir o calor ou a firmeza ou o que quer que ela precisasse de mim naquele momento. Esfreguei-lhe o braço.

— Vai ficar tudo bem.

Ela resmungou.

— Suponho que sexo de reconciliação esteja fora de questão... — comentei.

— Pensei que não estávamos a discutir.

— Eu não estava, mas tu sim. E quero que saibas que está tudo bem, eu perdoo-te.

— Ah! Ah! Ah!. Talvez se pedires desculpa.

— Desculpa.

— Não me parece que estejas arrependido.

— Estou verdadeiramente, profundamente arrependido. Verdadeiramente.

— Agora diz que estás errado.

— Errado?

— Diz que estás errado. Queres ou não?

— Hum. Só para ficar claro: tudo aquilo que preciso de fazer para que uma mulher bonita faça sexo escaldante comigo é dizer que estou errado?

— Eu não disse escaldante. Só normal.

— Certo, então: digo que estou errado e uma mulher bonita faz sexo escaldante comigo, sem paixão, mas com uma técnica muito boa. É essa a situação?

— Muito boa?

— Uma técnica extraordinária.

— Sim, advogado, é essa a situação.

Guardei o meu livro, a biografia de Truman de McCullough, no topo de uma pilha escorregadia de revistas brilhantes na mesa de cabeceira e apaguei a luz.

— Esquece. Não estou errado.

— Não importa. Já disseste que sou bonita. Ganhei.